Ata Circunstanciada da 49ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA **ATA CIRCUNSTANCIADA DA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA,** **DE 5 DE JUNHO DE 2024.**	
INÍCIO ÀS 15H03MIN	**TÉRMINO ÀS 15H52MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 5 de junho de 2024, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Max Maciel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 48ª Sessão Ordinária;

– Ata Sucinta da 20ª Sessão Extraordinária;

– Ata Sucinta da 21ª Sessão Extraordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Cumprimento o nobre deputado Rogério Morro da Cruz.

Está suspensa a sessão até às 15 horas e 30 minutos.

(Suspensa às 15h07min, a sessão é reaberta às 15h20min.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria perguntar algo a vossa excelência. Nós abrimos o *Diário da Câmara Legislativa* de hoje e não vimos o requerimento de criação da CPI da Saúde que protocolamos. Ele foi lido ontem e, em tese, deveria ser publicado hoje. Essa é uma luta importante de 8 parlamentares desta casa que protocolaram essa proposição. Vivemos uma crise imensa na saúde pública do DF e nós esperávamos ver hoje, no *Diário da Câmara Legislativa,* a publicação desse requerimento.

Então, solicito a vossa excelência que nos passe informações sobre esse assunto e proceda à imediata publicação da matéria, de preferência em um diário extra, no dia de hoje, em relação à criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – *Ok*, deputado Fábio Félix. Vou verificar o que aconteceu e tentar resolver isso ainda hoje.

Dando início aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, boa tarde.

Eu venho a esta tribuna, primeiramente, para dizer que, ontem, o governador Ibaneis resolveu falar sobre a crise que o governo dele criou: a crise na saúde, o caos, as mortes; porém, lamentavelmente, ele fala tentando – de novo – jogar a culpa nos outros. Ele tem 6 anos de governo, 6 anos de mandato. Eles não fizeram nada e resolvem atacar, de maneira leviana, de maneira covarde, o próprio Partido dos Trabalhadores.

Então, subo a esta tribuna hoje para ler a nota aprovada pela direção do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal que se intitula: "Governador Ibaneis Rocha: desgraça e incompetência são os seus 6 anos de governo".

É a seguinte a nota:

"O Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal (PT-DF) vem a público manifestar seu repúdio às declarações do governador Ibaneis Rocha, que, de forma mentirosa, irresponsável e desrespeitosa, fez ataques e quis colocar a culpa do caos na saúde em uma gestão que encerrou há quase 10 anos.

O governo petista de Agnelo Queiroz foi marcado na saúde por importantes avanços e conquistas para a população do Distrito Federal. Em 4 anos, por concurso público, quase 16 mil profissionais da saúde foram contratados, incluindo médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, técnicos de enfermagem, entre outros. Foi construído e inaugurado o Hospital da Criança e as 6 primeiras UPAs da cidade. Implantou as salas vermelhas nos hospitais, levando agilidade e eficiência aos atendimentos de urgência. Ele modernizou e entregou mais de 30 UBS, inclusive na área rural. Fortaleceu o Samu, com aquisição e equipação de diversas ambulâncias. Com o Circuito Saúde para Todos, ampliou a cobertura vacinal e fez um excelente combate à dengue. A Carreta da Visão atingiu recordes na realização de cirurgias de cataratas, e a Carreta da Mulher era uma referência nacional nos cuidados e no atendimento às nossas mulheres. Com mais de 10 clínicas da família, aumentou a atenção primária de 18% para mais de 60% de cobertura. Comparar isso tudo à atual situação da saúde pública do Distrito Federal é uma verdadeira má-fé.

Os últimos 6 anos, na gestão de Ibaneis Rocha e Celina Leão no Governo do Distrito Federal, têm sido marcados por uma verdadeira tragédia na saúde, sofrida pela população. Os hospitais lotados, a falta de médicos, a escassez de medicamentos, as enormes filas para transplantes, média de casos de dengue no DF chegando a ser 10 vezes maior que a nacional, a dor das famílias ao verem seus entes queridos em filas da oncologia, que duram, em média, mais de 600 dias para o início do tratamento, as diversas mortes evitáveis, tudo isso mostra o tamanho do problema no desmonte do SUS e a irresponsabilidade na terceirização da saúde, que foi criada pelo Iges, o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde.

As declarações de Ibaneis são uma tentativa desesperada de desviar a atenção dos graves problemas e da incompetência que marcam sua própria administração. Por isso, o PT-DF e seus parlamentares pressionam a instauração de uma ampla e transparente investigação com a CPI da Saúde, protocolada por nossa bancada de oposição na CLDF, Qual foi o destino dos 50 bilhões em investimentos na área da saúde afirmados pelo governador? É preciso apurar as distorções e falácias de dados divulgados e saber as causas e responsabilidades pelo colapso no sistema de saúde.

O PT-DF, ao contrário desse insensível e cruel governador, se solidariza com as famílias que têm perdido suas crianças e pessoas queridas. Reafirma seu compromisso com a verdade e com a luta por um governo que seja realmente justo e eficiente. Conclamamos o governador Ibaneis e a vice-governadora Celina a se concentrarem na resolução dos problemas atuais e a melhorarem a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, em vez de atacar gestões passadas de forma leviana e infundada. O povo do Distrito Federal merece um governo que seja competente na gestão pública de um sistema único de saúde e comprometido com o bem-estar de todos, todas e todes.

Partido dos Trabalhadores."

Essa é a nossa declaração hoje, presidente. Mais uma vez, quero reforçar: o governador Ibaneis e a vice-governadora Celina Leão precisam parar de fazer campanha – porque eles estão em campanha – e precisam voltar a governar esta cidade e a cuidar das pessoas. O Distrito Federal está abandonado por um governador e por uma vice-governadora que esqueceram que foram eleitos e que

precisam cuidar do povo. Eles não foram eleitos para fazer campanha eleitoral antecipada, como tem sido a agenda do governador e da vice-governador. Presidente, em relação a campanha eleitoral antecipada, tenho certeza de que o povo saberá responder nas urnas.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta casa e nas ruas, vai fazer o debate com a população para devolvermos Brasília para o povo brasileiro.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Quero saudar a todos que nos acompanham no plenário e pela TV Câmara Distrital.

O motivo da nossa fala hoje, como liderança, é para relembrar à população do Distrito Federal que falta menos de 1 mês para que a Secretaria de Transporte e Mobilidade instale ou faça a implementação do que estão pronunciando, que é a retirada de recursos de dentro do transporte público.

Quero comunicar que nós realizamos indicações ao Governo do Distrito Federal, pedindo que o Governo do Distrito Federal cumpra uma série de critérios e de exigências que nós apresentamos para que, de fato, essa possibilidade de recurso dentro dos ônibus aconteça.

É importante dizer que, enquanto existir cédula, papel-moeda, circulante no país, nós não podemos falar de retirada de dinheiro do sistema. Estão anunciando que vão retirar o dinheiro de dentro dos ônibus. *Ok*. Isso pode acontecer, como já acontece hoje dentro do ramal BRT, mas o Estado não pode limitar aquela pessoa que tem o dinheiro de acessar o sistema. Ele tem que facilitar a obtenção e recarga do Cartão Mobilidade pelas pessoas, assim como possibilitar a compra de crédito avulso.

Numa reunião técnica realizada pela Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, juntamente com o BRB Mobilidade, nós pactuamos alguns encaminhamentos.

O BRB apresentou a necessidade de atualização do aplicativo, para diminuir o *delay* de tempo de resposta de recarga. Não será aceito o Pix dentro do ônibus, porque isso gera fila e atrapalha o fluxo do sistema – nós concordamos com isso.

Se a pessoa estiver com o dinheiro e não houver outra forma de recarga, ela precisará comprar em algum lugar. O BRB disse que existem hoje 500 estabelecimentos possíveis de credenciamento para a aquisição de bilhetes e cadastro na rede. Além disso, eles farão um chamamento para que novas empresas se credenciem.

Também foi dito que as concessionárias, empresas que operam dentro do sistema, vão ter a liberdade de implementar totens dentro dos terminais operados por elas nas cidades e nas paradas de ônibus de grande circulação para que a pessoa possa fazer a recarga.

É verdade que, com o Cartão Mobilidade, a pessoa garante a integração e nós temos mais controle do sistema. No entanto, não posso limitar o passageiro de circular pela cidade porque ele não conseguiu tirar o seu cartão. Nós precisamos facilitar a entrega deste cartão.

Existem poucas lojas de conveniência do BRB estabelecidas pela cidade. Precisamos espalhar esses pontos por todo o território. É isso que pedimos à Secretaria de Transporte e Mobilidade. Nós temos um acordo com a perspectiva de controle, mas temos que garantir que as pessoas comprem um bilhete avulso para transitar dentro do sistema e nós consigamos ter controle.

A retirada de recurso – deputado Ricardo Vale, eu sei que isso é uma pauta do senhor – não é justificativa para retirar cobrador do sistema. Na reunião técnica, o secretário disse para os trabalhadores que estavam lá, inclusive para o sindicato, que isso não irá acontecer. Nós pedimos que isso estivesse estabelecido documentalmente, porque o cobrador – nós o chamamos de cobrador, mas hoje ele é auxiliar do transporte público – auxilia o motorista no trânsito. Se ele não estiver na função da bilhetagem, ele pode ser a pessoa que vai socorrer e até auxiliar a pessoa com mobilidade reduzida, cadeirante, pessoa da melhor idade. Ele acaba sendo, inclusive, um guia turístico, quem orienta onde é a parada de ônibus, onde é determinada ação. Ele é uma figura importante dentro do sistema hoje.

Então, nós pedimos à secretaria que garantisse os empregos desses trabalhadores. Mas, mais uma vez, estamos acompanhando por quê? Se nós percebermos que essa rede não estará pronta até o dia do início, nós vamos pedir adiamento desse processo.

A secretaria informou que não será todo o sistema, apenas algumas linhas iniciais como um processo de transição, linhas essas que têm menos de 20% de aquisição de bilhetes por dinheiro. Nós pedimos acesso à informação de quais são essas linhas para que o conjunto da população possa saber e se preparar.

Só do anúncio para cá, mais de 45 mil cartões foram emitidos. Bem, o governo está dando certo, mas é importante dizer que 20% a 30% de pessoas que ainda usam o dinheiro no sistema são aproximadamente 70 mil pessoas. É um número considerável de pessoas que ainda utilizam o dinheiro para poder fazer a entrada dentro do sistema do transporte público coletivo do Distrito Federal.

Nós seguimos nessa fiscalização. Esse anúncio é para o conjunto da população estar ciente de que estamos acompanhando esse critério de expansão dos pontos, da facilidade de acesso à recarga, junto ao próprio BRB Mobilidade, para que ele melhore o seu sistema, inclusive de aplicativo para trabalhar *off-line*, lembrando que a automação é uma verdade no mundo e vai acontecer, mas não pode ser de forma estanque, ela não pode ser automática. Há muita gente que não é bancarizada e ainda tem dificuldade de ter acesso à internet. Eu não estou falando de um aparelho smartphone nem estou falando de crédito do celular. Muitas pessoas, às vezes, têm um pacote de dados que permite apenas acessar um determinado aplicativo, mas não consegue acessar, por exemplo, o próprio BRB Mobilidade.

O BRB Mobilidade tem que fazer com que seu aplicativo trabalhe junto às redes bancárias para que, de forma *off-line,* elas consigam acessar, ou seja, eles vão bancar essa rede para que o nosso cliente, no caso, o usuário do sistema possa ter acesso e não fique à mercê de não conseguir adquirir um crédito de passagem e, simplesmente, ficar na rua. Isso pode facilitar ainda mais a pirataria, que é o valeiro, que vai fazer o trabalho por ele, ou seja, você não tem crédito, você me paga aqui, eu passo para você. Isso já acontece hoje e pode aumentar, se não conseguirmos expandir de forma unilateral e massivamente os pontos de recarga e de aquisição.

Tudo isso foi encaminhado por via indicação e foi pactuado em uma reunião técnica realizada no último dia 29 na Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, presidente.

Com isso eu encerro a minha fala.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

É muito importante este debate que vossa excelência traz a esta casa, hoje à tarde. É muito preocupante a situação dos cobradores das nossas empresas de transporte público do Distrito Federal. Temos que acompanhar tudo isso.

Quero parabenizar vossa excelência, que tem acompanhado de perto essa mudança no sistema de catracas. Essa questão de querer retirar o dinheiro dos ônibus é uma situação que tem que ser muito bem avaliada. Não podemos privar as pessoas que ainda utilizam o dinheiro para se locomover, muito menos colocar em risco o emprego de quase 5 mil cobradores. São 5 mil pais de família, mães de família que trabalham no sistema. Não se pode, de forma alguma, em função dessa vontade do governo de tirar o dinheiro dos ônibus, colocar em jogo o emprego dessas pessoas.

Eu também tenho sido tranquilizado, porque nós realizamos audiências públicas aqui e, todas as vezes, os secretários que passaram por aqui falaram que não é intenção do governo demitir os cobradores. Vamos acompanhar isso.

Contem conosco nessa missão de preservar os empregos dos cobradores aqui no Distrito Federal.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Você foi tão bem no jogo ontem. Parabéns pela sua atuação. Foi um dos melhores jogadores em campo. (Risos.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, deputados. Boa tarde aos servidores da Câmara Legislativa e a quem assiste a nós pela TV Câmara Distrital.

Eu abri o meu Twitter hoje de manhã, presidente, e apareceu para mim, no *feed*, uma fala do governador Ibaneis Rocha. Eu esperava, seguindo o governador, que iria ouvir a fala dele sobre a saúde. Ele fez uma declaração, deu uma entrevista para a imprensa do Distrito Federal. Ele disse: "As pessoas estão reclamando da saúde, mas esqueceram o estrago que os governos anteriores..." e, aí, ele começou a atacar os 2 governadores anteriores.

Isso, para mim, presidente, é uma demonstração da falta de mérito que esse governador tem e que esse governo tem em relação à saúde do Distrito Federal.

O governador sequer apresentou uma medida do seu governo, na entrevista, para defender a saúde do DF, a estruturação e a falta de crise, já que, para ele, não há crise na saúde pública do Distrito Federal.

O governador atacou os 2 governadores anteriores. O que o governador Ibaneis esqueceu é que ele já é governador há 6 anos. Ele já está no seu segundo governo. Não dá mais para ele falar de herança maldita. A herança maldita que o governador Ibaneis tem, hoje, é a herança maldita do próprio governo dele, é a herança maldita do Iges-DF, que ele ampliou e que administra as UPAs, que administra o Hospital de Santa Maria. Essa é a herança maldita do governador do Distrito Federal. A herança maldita do atual governo é a herança maldita de Ibaneis Rocha para a saúde pública da cidade.

Ele tem que assumir a responsabilidade. Ele e a vice-governadora, a gestão do governo, têm que assumir a responsabilidade.

Nós não vamos parar de subir à tribuna desta casa para cobrar do governo medidas concretas em relação à saúde.

As nomeações anunciadas, por mais positivas que elas sejam, são absolutamente insuficientes dado o tamanho do caos que nós vivemos na saúde.

Hoje, nós precisamos de uma remodelagem completa no atendimento feito nessas Unidades de Pronto Atendimento espalhadas pelo DF. Precisamos de transparência nas contratações das UPAs, saber como as contratações são feitas. Precisamos de mais profissionais de saúde, e não só de médicos. Precisamos de mais médicos no DF, sim, mas temos um déficit de milhares de técnicos de enfermagem na assistência. Temos também déficit de enfermeiros, de assistentes sociais, de psicólogos. Temos um problema gigantesco na política de saúde mental, que não consegue fazer atendimento mínimo da população. Não funcionam os Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS, para fazer atendimento da população. Hoje só há atendimento de urgência em hospital psiquiátrico, o que nem é exatamente preconizado pelos marcos da lei de saúde mental no nosso país.

Então, é preciso uma remodelagem, uma mudança estrutural. Eu tenho muito ânimo para lutar, inclusive em defesa da CPI da saúde, porque eu sei que a política é uma nuvem. É um dia de cada vez na política. Por isso, eu espero, presidente, que esta casa cumpra o Regimento Interno e publique o requerimento da CPI da saúde que não foi publicado hoje. Eu acho que os parlamentares que estão aqui, ao longo do tempo, vão vendo o tamanho da nossa crise e a necessidade de responder a essa crise da saúde e do Iges-DF, centrada no Iges-DF. É óbvio que há problema em toda a saúde pública do DF, mas temos um problema maior que é o Iges-DF, como nós temos dito aqui.

Eu aconselharia o governador do Distrito Federal a assumir a sua responsabilidade e parar de jogar responsabilidade em ex-governadores ou em uma suposta herança maldita. Fica feio para a política pública do DF, fica feio para um governador reeleito que já está no segundo mandato atacar ex-governadores que governaram há mais de 6 anos ou há mais de 10 anos. Que eles têm demérito, provavelmente têm, mas o que o governador precisa hoje é ter coragem para assumir a sua própria responsabilidade sobre a situação que estamos vivendo.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Algum deputado deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Quero lembrar que hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. É uma data extremamente importante por tudo o que temos visto acontecer no mundo, no nosso país e aqui no Distrito Federal. As mudanças climáticas estão cada vez maiores e provocam devastação em vários países do mundo. Vemos aqui o recente caso do Rio Grande do Sul e ficamos muito preocupados com o que estamos acompanhando no mundo.

Aqui no Distrito Federal, por exemplo, vemos o aquecimento. O Distrito Federal está muito quente. A temperatura está aumentando muito. Então, a mudança climática é um tema muito importante que esta casa tem que discutir. O governo tem que entrar firme com políticas públicas para debater isso nas escolas. É preciso uma mudança de consciência da sociedade como um todo. Eu não poderia deixar passar batido esse Dia Mundial do Meio Ambiente.

Haverá aqui uma sessão solene, no dia 17 deste mês, para discutir a questão da mudança climática e a influência disso no Distrito Federal. Queremos fazer um debate, chamar especialistas para discutir essa situação do clima no Distrito Federal e o que tem que ser feito.

Nós temos notícias de que o nosso Cerrado está sendo mais devastado do que a própria Floresta Amazônica. Isso é muito preocupante. Portanto, eu queria fazer esse registro e dizer que, se a saúde do Distrito Federal vai mal, a saúde do nosso planeta também é preocupante.

Esta casa tem que cobrar do Governo do Distrito Federal políticas públicas para revertermos essa situação, pelo menos no âmbito do Distrito Federal, que é onde nós vivemos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, faço 2 considerações. Primeiro, quero reforçar o seu pronunciamento. Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente e há uma notícia que saiu agora no *Correio Braziliense*: "Pela primeira vez, o Cerrado ultrapassa a Amazônia em área desmatada".

Esse é um tema fundamental para nós nesta casa. O que está sendo feito pelo Governo do Distrito Federal para preservar e cuidar do nosso Cerrado? Pelo visto, muito pouco ou quase nada, porque tem aumentado o desmatamento e ele tem avançado, como consequência do interesse da grilagem e da especulação imobiliária.

Presidente, quero também reforçar a pergunta: nós conseguiremos ter a publicação do requerimento da CPI hoje, ainda na quarta-feira, já que é dia de sessão? Infelizmente a base não veio, mas é importante publicá-lo. Há cronograma para a instalação das 2 CPIs, por ordem cronológica de protocolo? Também é importante que façamos valer a deliberação do Colégio de Líderes e do Regimento Interno. Já que o Colégio de Líderes não quis alterar a ordem, é fundamental que instalemos imediatamente as 2 CPIs em ordem cronológica e publiquemos no *Diário da Câmara Legislativa* o requerimento da CPI da saúde, presidente.

Obrigado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, colaborando com a sua fala inicial a respeito do Dia do Meio Ambiente, há dados importantes. Nós temos um relatório com dados e fontes do Instituto Cerrados, que vem realizando um trabalho importante no Distrito Federal e que, juntamente com a Universidade de Brasília, tem dado alguns alertas. É importante trazer, já baseado neste dia, a problemática do Distrito Federal.

O aumento do desmatamento no Distrito Federal, em 2023, foi de 612%. Nossos rios estão sendo poluídos, aí se incluem o próprio rio Melchior, o ribeirão Sobradinho, o ribeirão Mestre d'Armas. Uma das principais unidades de conservação do Brasil, que é Águas Emendadas, está com o seu solo e a sua borda contaminados por mercúrio.

Esses são alertas e dados que a Universidade de Brasília e o Instituto Cerrados vêm trazendo que chamam a atenção do Distrito Federal para os cuidados que nós devemos ter na área ambiental de preservação. Nós estamos permitindo novos empreendimentos imobiliários, permitindo expansão da área urbana em determinados locais que antes não eram passíveis desse tipo de regularização.

Nós estamos colocando a capital do país em sério risco. Há, por exemplo, total risco de faltar água em certos mananciais. Não seria o caso de haver racionamento, como foi em 2015, não. Faltaria água mesmo.

Nós temos de cuidar desse nosso bem e, sobretudo, precisamos de áreas de preservação ambiental real no Distrito Federal. O senhor, que é da parte norte, Sobradinho, sabe muito bem do que estamos falando. A parte norte é o corredor de contenção ambiental que ainda temos, uma vez que vários governos optaram por lotear a parte sul.

Estamos chamando atenção para isso, saudando o Instituto Cerrados, que já encaminhou relatório para nós e para o Governo do Distrito Federal, para que, juntos, neste dia e em todos os dias de toda a legislatura, possamos fazer ações e políticas que preservem o nosso meio ambiente, os nossos mananciais, as nossas águas e, sobretudo, os nossos espaços, a fim de que possamos realmente ter uma vida saudável e sustentável no Distrito Federal.

Quero chamar atenção para o apoio que precisamos receber da Adasa, do Ibram e da Secretaria do Meio Ambiente para o Plano Distrital de Educação Ambiental. Terça-feira que vem, vou fazer uma fala sobre isso. Trata-se de um plano robusto, extenso, mas que não tem sido seguido em sua plenitude. O percentual de 612% de desmatamento, só no Distrito Federal, é muito grave, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel, a quem convido para secretariar os trabalhos da Mesa.

Quero comunicar ao deputado Fábio Félix e aos deputados de oposição que, nesta tarde, em diário extraordinário, será publicada a CPI. Conversei com o presidente por telefone, deputados. Será publicada nesta tarde, em diário extra, a CPI.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O expediente lido vai a publicação.

Comunico que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.197/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 6 de junho de 2024, será transformada em comissão geral para a discussão do Projeto de Lei nº 899/2024, que "assegura a gratuidade no Sistema de Transportes Público Coletivo do Distrito Federal para mãe, pai ou responsável legal de bebê prematuro internado em unidade neonatal da rede pública de saúde do Distrito Federal".

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Não havendo quórum para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h52min.)

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
BRB – Banco Regional de Brasília
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (Brasília Ambiental)
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no *portal da CLDF*.

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, **Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 06/06/2024, às 13:49, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1697759** Código CRC: **5B63D7E6**.